

"Se injectamos dinheiro e negociamos as condições é porque o país tem capacidade para se desenvolver"

Por Isadora Ataíde
Fotos Naita Ussene

Eduardo López Busquets completa dois anos como embaixador da Espanha em Moçambique. Afirma que o bem-estar da população, a confiança dos doadores no governo e as necessidades de fiscalização na utilização dos recursos devem ser equilibrados. Destaca a segurança jurídica na posse da terra e o benefício do conjunto da população a partir da exploração dos recursos minerais como centrais para o país. Busquets confia na capacidade de Moçambique em "desenvolver-se".

Em 2005 a Espanha integra-se ao G19 - aos PAP, Programme Aid Partnership - o que se modificou na cooperação espanhola em Moçambique desde então?

O G19 é um grupo de doadores organizado a partir do instrumento de apoio ao orçamento e possui alvos estratégicos. Cerca de um terço dos recursos espanhóis são canalizados através do orçamento de Estado desde então, penso que aumentou a sofisticação e a responsabilidade na forma de cooperarmos.

Qual o volume de recursos investidos e quais os focos da cooperação espanhola?

No momento atingimos 50 milhões de euros por ano como contribuição genérica do Estado espanhol, das comunidades autónomas e das câmaras municipais. Concentramo-nos no sector de saúde, educação e no reforço da capacitação institucional, na governabilidade. Desde uma perspectiva geográfica nos concentramos em Cabo Delgado e Maputo, mas as comunidades espanholas estão espalhadas por todo o território, por exemplo a Catalunha actua em Inhambane, em Nampula está a cooperação de Valência.

Há problemas e polémicas na área da saúde. A prestação de contas de 2009 está pendente e há alegações de corrupção, o que fez com que as cooperações não aumentassem o volume de recursos para resolver, entre outros, o problema da falta de medicamentos. Qual a posição da Espanha neste caso?

No caso da saúde estamos a trabalhar intensamente com o ministro. Evidentemente são questões que precisam ser resolvidas, não só esta especificamente, mas no sentido de se estabelecerem estruturas de funcionamento e de prestação de contas. Muitas vezes esquece-se que temos (os cooperantes) autoridade financeira e uma sociedade civil que deseja conhecer os resultados da cooperação. Temos que equilibrar tudo, o

bem-estar da população moçambicana, a nossa confiança no governo de Moçambique, especificamente na área da saúde, e as necessidades de fiscalização.

A educação é uma das áreas em que há volumosos recursos das cooperações através do orçamento e também através de organizações não governamentais. Entretanto, problemas básicos como a falta de carteiras escolares permanecem. Como se explica este paradoxo?

Eu não aceito a estrutura mental da questão, no sentido de que o orçamento por nós assinado produz resultados. Cada vez há mais escolas e mais pessoas alfabetizadas, por exemplo. Outra questão é que o instrumento de apoio global é apropriado pelo governo, que estabelece as suas prioridades, nós não impomos prioridades específicas. Para mim são muito importante as iniciativas de formação profissional, pois é um sector fundamental no desenvolvimento do país, é a chave para o auto-emprego. Outro sector decisivo é a pesquisa, que muitas vezes é esquecida. Um exemplo que tenho orgulho é o centro de investigação de saúde de Manhica, possui nível internacional e coloca Moçambique no cenário mundial da pesquisa epidemiológica.

Desde a independência Moçambique tem uma política económica voltada para o campo. Entretanto o país não consegue garantir uma agricultura de subsistência ou tornar-se exportador. Quais os desafios?

Fornecer segurança alimentar e contribuir para o desenvolvimento rural é o fundamental neste sector. Os desafios são muitos: transitar da subsistência para a produtividade, recuperar culturas da época colonial que foram perdidas e os biocombustíveis. Outro aspecto é melhorar a segurança jurídica na posse da terra. A terra é fundamentalmente pública mas é utilizada por concessão, é importante atingir um maior nível de segurança dentro dos patamares estabelecidos pela constituição moçambicana.

No sector privado quais as principais parcerias entre Espanha e Moçambique?

O programa de cooperação da Espanha em Moçambique é o mais importante na África Sub-Saariana, mas as relações económicas entre os dois países não são muito desenvolvidas. É uma contradição positiva, porque significa que se pode contribuir no desenvolvimento de um país mesmo que as relações comerciais não sejam intensas. Como embaixada queremos salientar a necessidade de se estabelecer mais trabalho conjunto. Espanha tem vantagens competitivas na área do turismo, no fornecimento de infra-estruturas e logística e no



Eduardo López Busquets, embaixador da Espanha em Moçambique

sector das energias renováveis.

A RENAMO TEM O PARLAMENTO PARA SE EXPRESSAR

Moçambique é considerado um caso de sucesso no estabelecimento da paz. Porém, a RENAMO mantém um discurso de violência, é uma forma de pressionar os doadores?

A RENAMO é uma força política, nós como parceiros de cooperação estamos abertos as tomadas de posição das diferentes formações políticas, mas não acho que sejamos alvo específico de pressão. Como doadores trabalhamos com o governo de Moçambique, mas sabemos que junto dele está a sociedade civil e as forças políticas, temos capacidade de análise e de determinar a nossa posição em cada caso concreto.

A RENAMO continua a reivindicar os acordos de paz, contudo algumas lideranças da FRELIMO afirmam que estes já foram superados. Um acordo de paz perde a validade?

ELB - O acordo de paz foi assinado há 17 anos e a RENAMO está no parlamento, se considera que não foram atingidos os alvos tem o parlamento para se expressar. A paz estabelece-se num momento determinado e já se assistiu cinco ciclos eleitorais, então o marco de expressão política existe e os objectivos foram atingidos. Eu acho que o sistema moçambicano funciona e tem a capacidade de renovação, a RENAMO decidiu trabalhar neste sistema. A noção de êxito no processo de reconstrução deve ser limitada,

Moçambique concluiu a transição democrática, é uma democracia?

Considero que sim, mas todo o sistema tem limitações práticas. Os doadores desenvolvem apoio orçamental quando consideram que um país é capaz de ter uma agenda de governação política e económica. Se injectamos dinheiro e negociamos as condições é porque o país tem capacidade para desenvolver-se.

Assinala-se um ano das manifestações de Setembro contra os aumentos no custo de vida. Pensa que a sociedade civil e a oposição conseguem interferir na agenda política?

A sociedade civil expressa-se e tem uma capacidade grande neste país. Os 35 anos de cooperação permitiram o estabelecimento de uma camada intelectual e de organizações com capacidade de criticar abertamente o governo, portanto de interferir. Há meios de comunicação privados e organizações que dinamizam o debate, talvez os actores considerem a sua contribuição limitada, mas a liberdade de expressão é clara.

PLANO ESTRATÉGICO

O Zimbábue nacionalizou os seus recursos minerais e a África do Sul está a discutir a questão. A problemática

faz parte da agenda política moçambicana?

Este problema possui uma dimensão geral e outra particular. Todos os países têm de ter uma solução sobre a propriedade dos recursos. O problema é em que medida os recursos naturais podem permitir o desenvolvimento. De uma perspectiva geral a questão tem de estar sobre a mesa para o governo, para as autoridades locais e para a sociedade civil. No caso de Moçambique eu penso que a questão central é como conseguir mobilizar os instrumentos e os recursos que permitam uma exploração em benefício do conjunto da população, e não só pelas elites.

A Espanha está a elaborar o plano estratégico para o próximo período, quais as perspectivas no caso de Moçambique?

Estamos numa fase de planeamento estratégico, a limitação é grande porque estamos coordenados com os outros parceiros, não podemos modificar as áreas ou as regiões definidas. As prioridades deverão ser as mesmas, mas as linhas podem ser alteradas. Por exemplo, em vez de nos concentrarmos na construção escolar ter o foco na formação profissional. Ficarei feliz se tivermos um impacto positivo no desenvolvimento do país mesmo que o novo documento pareça o mesmo.

Eleições intercalares

MDM anuncia candidatos

Manuel de Araújo, Maria Moreno e Assamo Tique são as figuras avançadas pelo MDM para concorrerem nos municípios de Quelimane, Cuamba e Pemba, cujas presidências foram deixadas vagas após a renúncia dos respectivos edis, supostamente forçada pela Frelimo. Maria Moreno, cuja trajetória política inclui a chefia da bancada da Renamo na Assembleia da República, vai disputar a presidência de Cuamba pela segunda vez, depois de perder em 2008 para Arnaldo Maloa, proposto pelo partido no poder.

Por seu turno, Manuel de Araújo, 40 anos, também não é novo na política. Na verdade, seu nome oscila entre o campo académico e o político. Na VI legislatura (2005-2009), foi deputado pela bancada parlamentar da Renamo. Sobre Assamo Tique, 38 anos, sabe-se que ele é um enfermeiro de formação e já foi funcionário do Ministério da Saúde. Existe pouca informação disponível sobre a trajetória política do candidato do MDM na autarquia de Pemba. É pela primeira vez que seu nome atrai interesse mediático.

Outras formações políticas ainda não divulgaram os nomes dos seus candidatos para as eleições intercalares de 7 de Dezembro. Mas a Renamo já anunciou, através do seu presidente, Afonso Dhlakama, que não vai participar da disputa eleitoral nas três autarquias. Se a Renamo não mudar de posicionamento, os candidatos do MDM deverão disputar a presidência de Quelimane, Cuamba e Pemba com candidatos do partido no poder. A Frelimo, Renamo e o MDM são os três partidos com

assento parlamentar e os mais expressivos no campo político moçambicano.

Candidatos

Nascido a 11 de Outubro de 1970, na Cidade de Quelimane, Manuel de Araújo tem uma vasta formação académica, que começa no ISRI (Instituto Superior de Relações Internacionais) e termina na Universidade de East Anglia do Reino Unido, onde obteve o grau de doutoramento.

É filho de pais reformados do Ministério da Educação. O pai, Victorino Araújo, foi motorista em diferentes instituições de Educação na Zâmbia e a mãe, Inês Alculeite, formadora de professores primários.

Actualmente no mundo empresarial, com interesses no sector turístico, Manuel de Araújo também foi professor no ensino secundário e universitário.

O candidato do MDM à presidência do município de Quelimane também está ligado ao associativismo. No ISRI participou na fundação da Associação de Estudantes de Relações Internacionais, é fundador do Conselho Nacional da Juventude, da Fundação para o Desenvolvimento da Zâmbia e do Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais (CEMO).

Maria Moreno, membro da Comissão Política do MDM, foi deputada e chefe da bancada da Renamo na Assembleia da República, na VI legislatura. Em 2008, Moreno foi candidata da Renamo em Cuamba, sua cidade de origem. Perdeu para Arnaldo Maloa, que em Agosto último renunciou ao cargo. Moreno obteve 16.4% dos votos, contra 77.6% de Arnaldo Maloa.

(E. Beúla)